



Direção da Cassi aprova nova proposta de sustentabilidade

Após a Direção Fiscal da Agência Nacional de Saúde (ANS) estabelecer prazo de trinta dias para a apresentação de medidas de saneamento fiscal, a direção da CASSI aprovou nova proposta de sustentabilidade, que foi encaminhada ao Banco do Brasil na última sexta-feira, 25.

A direção do plano elaborou e aprovou a proposta após se reunir com as entidades (ANABB, AAFBB, Contraf-CUT e FAABB) em grupo de

estudo que trabalhou no intuito de encontrar soluções para melhorar a proposta aprovada pela maioria dos associados em maio de 2019, mas que não foi levada adiante por não ter atingido os 2/3 de votos favoráveis previstos no estatuto.

A proposta segue para a avaliação do patrocinador. Se aprovada no BB, será submetida ao corpo social. O texto da proposta você confere no site do sindicato.

Ações da Caixa a venda em 2020

Dando continuidade ao desmonte da Caixa, a direção anunciou a intenção de realizar, no início de 2020, uma sequência de ofertas públicas de ações das subsidiárias.

O primeiro órgão a entrar no fatiamento será a Caixa Seguridade, depois a área de cartões e da Caixa Loterias e da gestora de ativos. Por um valor abaixo da avaliação do mercado, a Lotex já foi vendida para um grupo estrangeiro.

Para chamar a atenção dos empregados do banco e da população em geral sobre os prejuízos da venda de partes da instituição financeira, já está nas ruas a campanha #ACaixaÉTodaSua.

A campanha visa alertar que o único banco brasileiro 100% público desempenha papel social, que nenhum privado se interessa em fazer. Privatizar a empresa é penalizar a sociedade para agradar o capital.

Bolsonaro vai cobrar impostos sobre acordos trabalhistas

Bolsonaro segue firme nos ataques contra os trabalhadores. Não satisfeito com a reforma da previdência que praticamente acaba com a possibilidade de aposentadoria, desta vez, o presidente sancionou a Lei 13.876, que obriga os trabalhadores a pagarem impostos sobre os valores recebidos em acordos trabalhistas, sejam eles por via judicial ou

amigável/extrajudicial.

Benefícios como férias, 13º salário e horas extras não poderão mais ser declarados como verbas indenizatórias e, portanto, livre de impostos, como era até então. O governo prevê arrecadar cerca de R\$ 20 bilhões nos próximos 10 anos com a nova medida, mais uma vez no lombo da classe trabalhadora.

Brasil tem de olhar o que acontece no Chile

“O maior problema no Chile é a péssima distribuição de renda”, afirma o professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP Paulo Feldmann. Segundo ele, “São poucos os lugares do mundo em que o 1% mais rico da população ganha mais de 25% da renda total do país. Na América Latina, em apenas dois países isso acontece: no Chile e no Brasil”.

Para Feldmann, o Brasil precisa ficar atento ao que está acontecendo no Chile. “O Chile foi o primeiro país da América Latina a entrar de cabeça na política neoliberal, quando o governo acredita que o mercado resolve tudo. E a verdade é que muitas vezes o governo precisa organizar a economia”. Paulo Feldmann - Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias>

Sindicato apoia Rita Serrano para o CA da Caixa

O Sindicato dos Bancários de Dourados e Região se junta a Fenaef, Apcefs, Advocéf, Aneac, Social Caixa, AudiCaixa, Agecefs, Fenag, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais e a Contra-CUT, no apoio a candidatura à reeleição da atual conselheira, Rita Serrano, para a eleição de representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa. O primeiro turno do pleito ocorrerá de 18 a 22 de novembro. O resultado será divulgado no dia 22/11 de novembro no Portal do Empregado. Caso nenhum candidato/a obtenha 50% mais um dos votos, haverá segundo turno de 2 a 6 de dezembro. Foram inscritas 203 candidaturas.

Saúde em debate no Itaú

Nesta quarta-feira (30/10) tem reunião entre o grupo de trabalho sobre saúde e condições de trabalho e a direção do Banco Itaú, a partir das 10h, em São Paulo. O projeto piloto e parcelamento do endividamento, cláusula 29ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que se refere à complementação dos auxílios previdenciário e acidentário, além do programa de readaptação e avaliação das metas serão os temas discutidos.

A volta da gestão liberal da década de 90 no BB

O Banco do Brasil cancelou a licença-interesse e suspendeu a concessão de novos benefícios. O prazo para que o funcionário se apresente é curtíssimo, até 22/11. Quem está nesta condição pode ficar afastado por até dois anos, sem vencimentos nem benefícios. Hoje, cerca de 2.100 bancários estão em licença-interesse. No comunicado, o BB deixa claro que a volta da política de gestão liberal praticada na década de 90 é uma “decisão administrativa” para preencher vagas em aberto. Mas, alterar a licença-interesse não é o método mais eficiente para o preenchimento das vagas. Um novo concurso seria a solução para a falta de empregados.